

O DISCURSO SOCIOLINGÜÍSTICO SOBRE A LÍNGUA DE CABO VERDE: LUGAR DE ENCONTRO DA MEMÓRIA E DO INTERDISCURSO

Luiza Castello Branco (Universidade Federal Fluminense)

Nesta apresentação, discutimos como o conceito de *línguas crioulas*, formulado no âmbito da sociolingüística, interfere na questão da constituição da língua nacional/língua oficial em Cabo Verde. Esse conceito é construído a partir de posições discursivas que remetem a uma memória tecida por uma *narratividade* (MARIANI, 1998) que, pela repetibilidade, conduz e reatualiza os sentidos para essas línguas de forma a contê-los na dimensão do discurso da colonização européia do Novo Mundo.

A memória histórica da colonização, hoje, produz uma homogeneidade entre a língua portuguesa e a língua cabo-verdiana em dois níveis: um, buscando, na materialidade lingüística, pontos de semelhança entre a língua cabo-verdiana e a portuguesa, para filiar a primeira como derivada ou variante da segunda – apesar de as diferenças fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais serem flagrantes; outro, buscando filiar o imaginário cabo-verdiano de nação como sendo Cabo Verde uma extensão ainda: povo irmão que fala a mesma língua, o português. Dessa forma, apagando o sentido do diferente, de que o cabo-verdiano é constituído por outra língua, e de que pertence a uma outra nação.

O discurso sociolingüístico sobre a língua cabo-verdiana, que se pretende isento, neutro, impessoal, ao denominá-la como *língua crioula* o faz porque denominar está presente no processo de definir e classificar – práticas discursivas constitutivas do discurso científico –, mas também porque, na materialidade lingüística dessa denominação, a estrutura parafrástica produz a variação do mesmo, pois pela repetição faz retornar “o dizível no mesmo espaço do que já está instituído” (ORLANDI, 1988, p. 20).

Assim, quando temos denominações sobre as *línguas crioulas* como as seguintes:

(a) “[...] os crioulos seriam constituídos por gramática indígena e vocabulário europeu” (ADAM, Lucien,¹ 1886, p. 5, *apud* SILVA NETO, 1957, p. 437)

¹ *Les idiomes negro-aryens e tmaléo-aryens*

(b) “modificações que as línguas cultas da Europa sofreram em terras extra-européias, na boca dos povos de civilização inferior, postas em contacto com línguas radicalmente diversas” (VASCONCELOS, 1928, p. 122, *apud* SILVA NETO, 1957, p. 435),

(c) “tosco meio de intercomunicações, uma algaravia hoje batizada com o nome de ‘crioulo’” (SILVA NETO, 1957, p. 432),

(d) “Simplesmente o nosso latim é o Português e a língua vulgar é o Crioulo” (VEIGA, 1994, p.258),

(e) “[...] um crioulo é geneticamente um descendente de um pidgin” (MOTA, 1996, p.526),

vemos mobilizados, nesses discursos de temporalidades distintas (período de um século), efeitos de sentido sedimentados, instituídos e legitimados, reorganizados por uma memória tecida por uma narratividade que fixa o sentido oficial, literal para o referente *língua crioula*, ‘língua com gramática indígena e vocabulário europeu’, ‘língua culta europeia modificada por povo de civilização inferior’, ‘língua radicalmente diversa da europeia’, ‘tosco meio de intercomunicação’, ‘algaravia’, ‘língua vulgar’, ‘descendente de um pidgin’.

Fixando o sentido oficial para o referente *crioulo* – como, por exemplo, “língua vulgar” ou “descendente de um pidgin” – o discurso sociolingüístico inscreve-se no interdiscurso, onde o já-dito e esquecido (i.e., silenciado mas latente) faz ressonância.

PÊCHEUX (1988, p. 162-3) denomina interdiscurso como o “*todo complexo com dominante das formações discursivas*”. O interdiscurso está imbricado no complexo das Formações Ideológicas que toda Formação Discursiva (FD) dissimula, na ilusão de transparência do sentido que nela se forma. É o lugar onde se constituem os enunciados; corresponde a “ça parle”, i.e., algo fala antes, em outro lugar, independentemente, sob o complexo das Formações Ideológicas.

Ao mesmo tempo, o discurso científico, sob uma aparente objetividade, ao nomear determinadas línguas como *línguas crioulas* exclui o outro, o diferente, para garantir o lugar de quem fala, e que, ao falar, traz a a intransitividade verbal, a que dá fôrma e forma, apaga, anula, dessubjetiva o lugar da singularidade do sujeito cabo-verdiano. O efeito desse discurso fundador da lingüística sobre as *línguas crioulas* “sustenta o sentido que surge e se sustenta nele. Intervém no já-dado, no já-dito”. (ORLANDI, 2003, p. 13)

Trago aqui duas seqüências discursivas de dois sociolinguistas, uma portuguesa, M^a Antonia Coelho da Mota (1996), e outro cabo-verdiano, Eduardo Augusto Cardoso (1990) para mostrar o funcionamento desses efeitos de sentido. (os recortes não serão lidos)

SD1 “[...] É **consensual** que um **pidgin** é **pouco gramaticalizado**, sendo a sua **interpretação muito dependente do contexto**. Daí decorre que a **simplificação ou a redução** sejam **características inerentes à sua gramática (morfologia reduzida, sintaxe pouco complexa)**; que o seu **léxico**, por isso, seja **multifuncional**, uma mesma palavra pode adquirir diferentes funções gramaticais, funcionando como uma espécie de base universal (Wurm, 1971); que a estruturação da sua gramática seja grandemente explicável em termos de **traços universais**, nomeadamente de universais de aquisição de uma língua [...]”

“[...] Pidgins e crioulos constituem dois aspectos de um mesmo processo linguístico, distinguindo-se, em termos muito gerais, pelo facto de um **pidgin** ser uma **língua segunda**, ou seja, **não tem falantes nativos** enquanto um **crioulo** é **língua primeira**, ou seja, **tem falantes nativos**, é a língua **que** estes falantes **melhor** dominam; [...]”(MOTA, 1996, p. 505- 533)

Na SD1, é **consensual** que o pidgin tenha **morfologia reduzida, sintaxe pouco complexa, léxico multifuncional explicável em termos de traços universais**, daí, falar-se em **redução** ou **simplificação como características inerentes à sua gramática**. Além disso, *pidgin* é colocado como uma língua que **não tem falantes nativos**, o que basicamente o diferencia do *crioulo*, que **tem falantes nativos**. Nessa equação, soma-se mais um dado, pois, como já vimos, o *crioulo* é geneticamente descendente de um pidgin. Dessa forma, atrelam-se as características estruturais do *crioulo* às do *pidgin*.

Por último, ao dizer que “**crioulo** é **língua primeira**, [...], é a língua **que** estes falantes **melhor** dominam”, me pergunto como falantes nativos de L1 podem não dominar bem sua L1, sua língua materna? Dominam melhor em relação a que outra(s) língua(s)? Se *pidgin* não tem falantes nativos, e se o *crioulo* vem do *pidgin*, não há outra L1 se não o próprio *crioulo*, que eles não dominam bem?!. O que está silenciado é que esses falantes não têm língua dominada, eles são dominados pela língua do colonizador, que não é sua língua. Na verdade, eles só têm um *pidgin*, mas como o *pidgin* não tem falante nativo, o próprio sujeito que fala o *crioulo* está apagado, silenciado, não se constitui como falante nativo segundo o conceito de *língua materna* da própria sociolinguística. Está privado de língua materna, da língua que o constitua e que seja por ele constituída.

Todavia, no jogo das relações de poder pelo estabelecimento dos sentidos, o sujeito cabo-verdiano constrói uma memória de resistência quando, por exemplo, inscreve na lei o seu desejo político de “promover as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana em paridade com a língua portuguesa” (Artigo 9º da Constituição de Cabo Verde, 1999), ou quando, por exemplo, em sua gramática descritiva sobre a variante dialetal da Ilha de São Nicolau, Eduardo Cardoso faz questão de fixar o diferente, o que quer ser visto como o um, o africano, e não como o outro, o europeu. Nessa SD, ele procura afastar estruturalmente a língua cabo-verdiana da língua portuguesa na tentativa de demonstrar que se trata de um outro sistema lingüístico, exemplificando sempre com a língua de Cabo Verde os fenômenos descritos, apesar de ter como termo de comparação a língua portuguesa.

SD2“Os casos de não correspondência que se nota entre o género do adjectivo e o do substantivo têm a ver com **resíduos da flexão portuguesa, que enfermam o sistema do vernáculo crioulo**. Desta maneira se explicam os casos **caprichosos**, como, por exemplo, a forma *flíza*, que encontramos no corpus, nas frases 24 e 28: *El e flíza; Ez e flíza*.” (CARDOSO, 1990, p. 23)

Ao descrever o sistema flexional da língua cabo-verdiana aponta a exceção – a não-concordância do adjetivo com o substantivo em determinado caso – como um **resíduo** deixado pela língua portuguesa e que, como **resíduo**, é indesejável a presença, é um resto de que precisam se livrar porque **enferma o sistema do vernáculo crioulo**. Note-se, ainda, o emprego do adjetivo **caprichosos** para caracterizar tais **resíduos**. Ao dizer **caprichoso**, está dizendo impulsivo, imprevisível, sem justificação ou motivação aparente, devendo ser, portanto, essa semelhança que aproxima o cabo-verdiano do português, desconsiderada, não usada.

As SDs aqui apresentadas mostram que os sentidos são múltiplos, que não há um sentido central, que há sempre outros sentidos possíveis.

Apesar de o processo parafrástico do discurso científico ser dominante nos dizeres sobre as *línguas crioulas*, negativizando-as em relação às línguas européias, não podemos esquecer que é nessa tensão paráfrase/polissemia que os sentidos se deslocam em relação ao sentido dominante, rompendo a estrutura e buscando sedimentar sócio-historicamente novas relações de sentido que articulam língua-sujeito-história.